

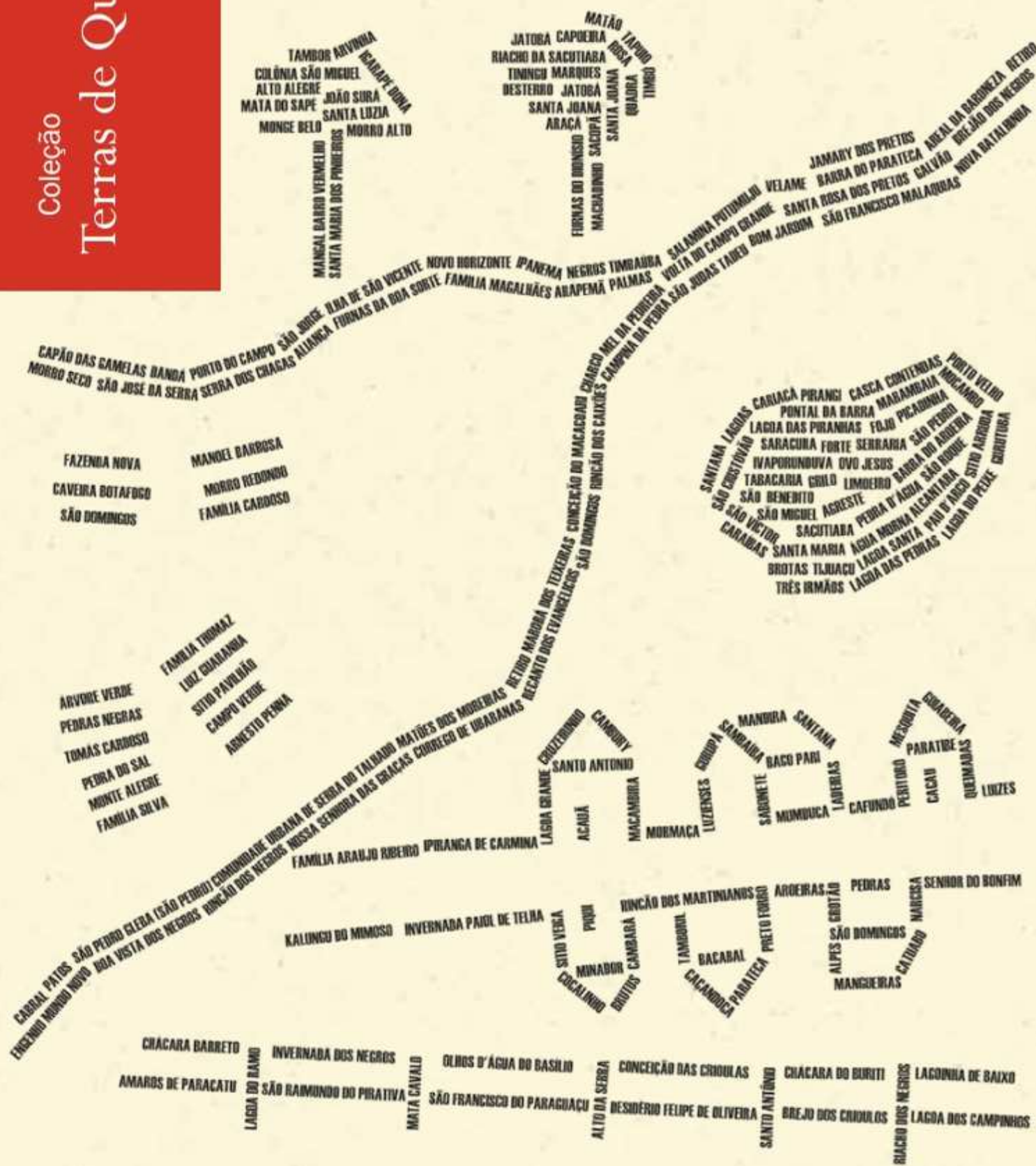


Coleção

# Terras de Quilombos

Minas Gerais

# Comunidade Quilombola Mumbuca



## As terras de quilombos

são territórios étnico-raciais com ocupação coletiva baseada na ancestralidade, no parentesco e em tradições culturais próprias. Elas expressam a resistência a diferentes formas de dominação e a sua regularização fundiária está garantida pela Constituição Federal de 1988.

O Decreto 4.887/2003 define que o INCRA, autarquia vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), é o órgão federal responsável pela titulação dos quilombos, com competência concorrente do Distrito Federal, estados e municípios. Para fins de regularização fundiária, o INCRA elabora Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) que reúnem informações fundiárias e cadastrais das famílias, bem como a caracterização antropológica, histórica, econômica e ambiental da área quilombola. Esse trabalho tem gerado um grande acervo de dados, registrando de maneira inédita um arcabouço de manifestações e características dos quilombos nos períodos escravocrata e pós-escravocrata.

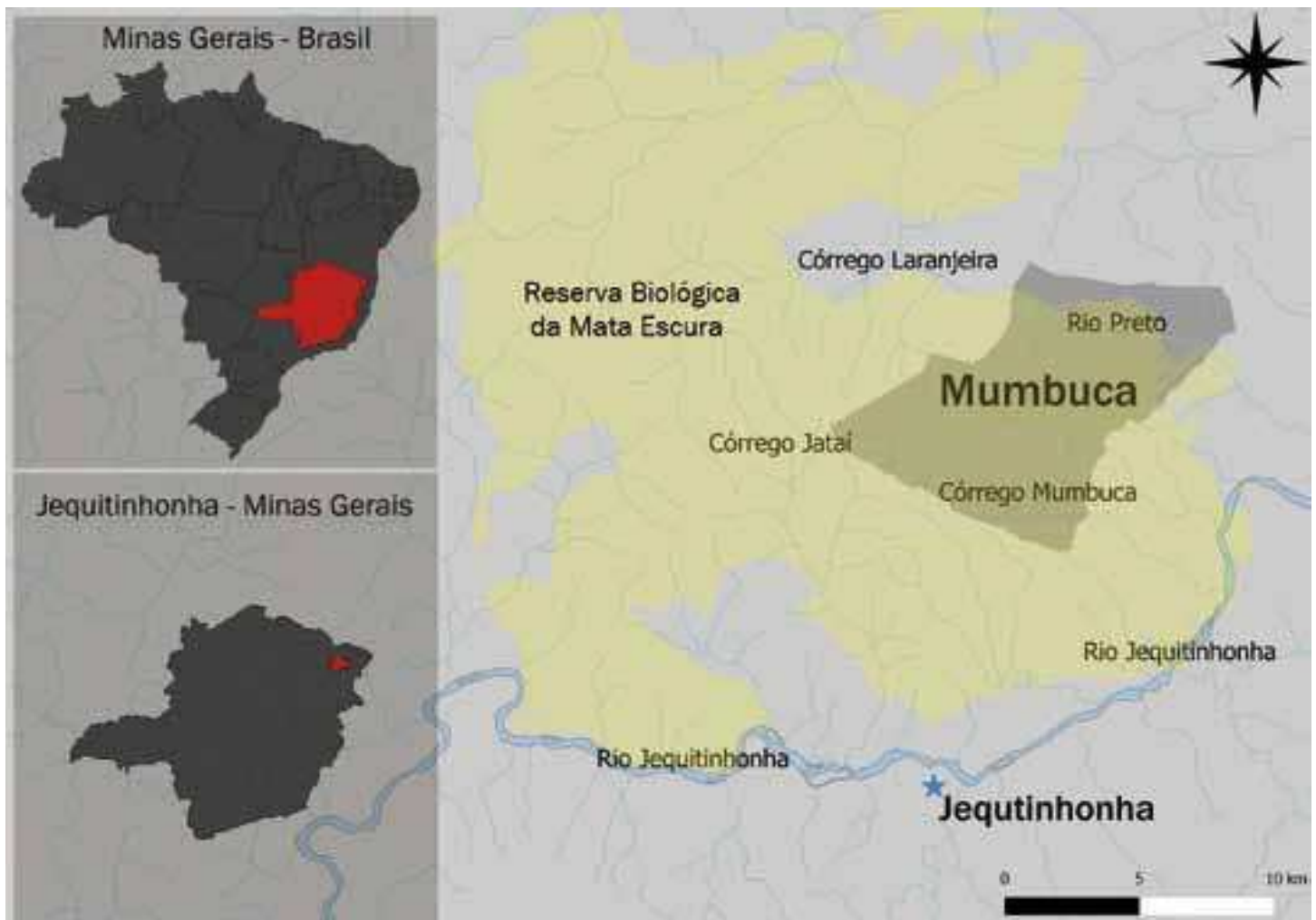
O objetivo da parceria entre INCRA, CGPCT e NEAD (MDA) e UFMG é sistematizar e dar publicidade às informações contidas nos RTIDs, em muitos casos ignoradas pela historiografia oficial. Esse material, registrado no âmbito dos processos administrativos do INCRA, foi transposto para uma linguagem acessível, com o apoio de diversos colaboradores, destacando-se os autores das etnografias dos RTIDs. Os livretos trazem também depoimentos dos próprios quilombolas. Eles testemunham a continuidade de uma luta fortalecida pela esperança de que o conhecimento de sua história garanta finalmente a compreensão da legitimidade de seu pleito pela titulação.

A publicação dos livretos visa, assim, a contribuir para o reconhecimento das comunidades quilombolas, estimulando a difusão de informações qualificadas sobre elas. Reunidas nesta Coleção, as histórias de resistência quilombola agora podem ser conhecidas mutuamente pelos quilombolas das diversas regiões do país. Espera-se também que este material forneça a gestores públicos, educadores, pesquisadores e demais interessados informações acessíveis sobre essas comunidades.



# Comunidade Quilombola Mumbuca

Localizado no Baixo Jequitinhonha, em Minas Gerais, **Mumbuca** é um quilombo singular. Surgiu de um grande sítio comprado pelo negro José Cláudio de Souza em 1862, ainda nos tempos da escravidão. Considerando apenas a sua dimensão – 8,2 mil hectares –, Mumbuca seria hoje classificado como um **latifúndio**. Porém, a propriedade de José Cláudio, mesmo passada aos descendentes, não demorou a ser desmembrada. Foi sendo retalhada ilegalmente desde a primeira geração de herdeiros, sem nem a primeira partilha ter sido feita. A informalidade e o caráter abusivo das transferências de terra – as *enroladas*, dizem os *mumbuqueiros* – caracterizaram o modo como diversas fazendas se instalaram no interior da propriedade. Mais de 150 anos depois da



compra da terra, apenas 12% da área original estavam em posse de herdeiros, enquanto o restante era ocupado por dezenas de fazendas.

De donos da terra, muitos dos mumbuqueiros passaram à condição de agregados das fazendas que se instalaram em seu próprio território. Em vez de senhores, os *negros da Mumbuca*, como também são conhecidos, foram empurrados para a condição subordinada que a sociedade fazendeira e escravocrata lhes reservou. Mas eles resistiram. Permanecem hoje 87 famílias no território original, distribuídas em seis localidades e sob diferentes condições: como proprietários, como posseiros e como agregados.

Mumbuca ilustra bem quão diversos foram os modos pelos quais os quilombos se formaram no Brasil. Neste caso, **tentaram conquistar autonomia, liberdade e independência comprando uma terra para “criar e plantar” para si. Mas a tentativa de subverter a ordem colonial por meios legais não obteve o sucesso esperado e Mumbuca se tornou um quilombo em que o domínio dos fazendeiros predominou.** Além disso, a preferência dos mumbuqueiros não foi pelo modo fazendeiro de ocupação e mando sobre a terra e sim pelo estilo de vida simples, camponês, em que a terra é garantida pela herança, pelo casamento e pela descendência.

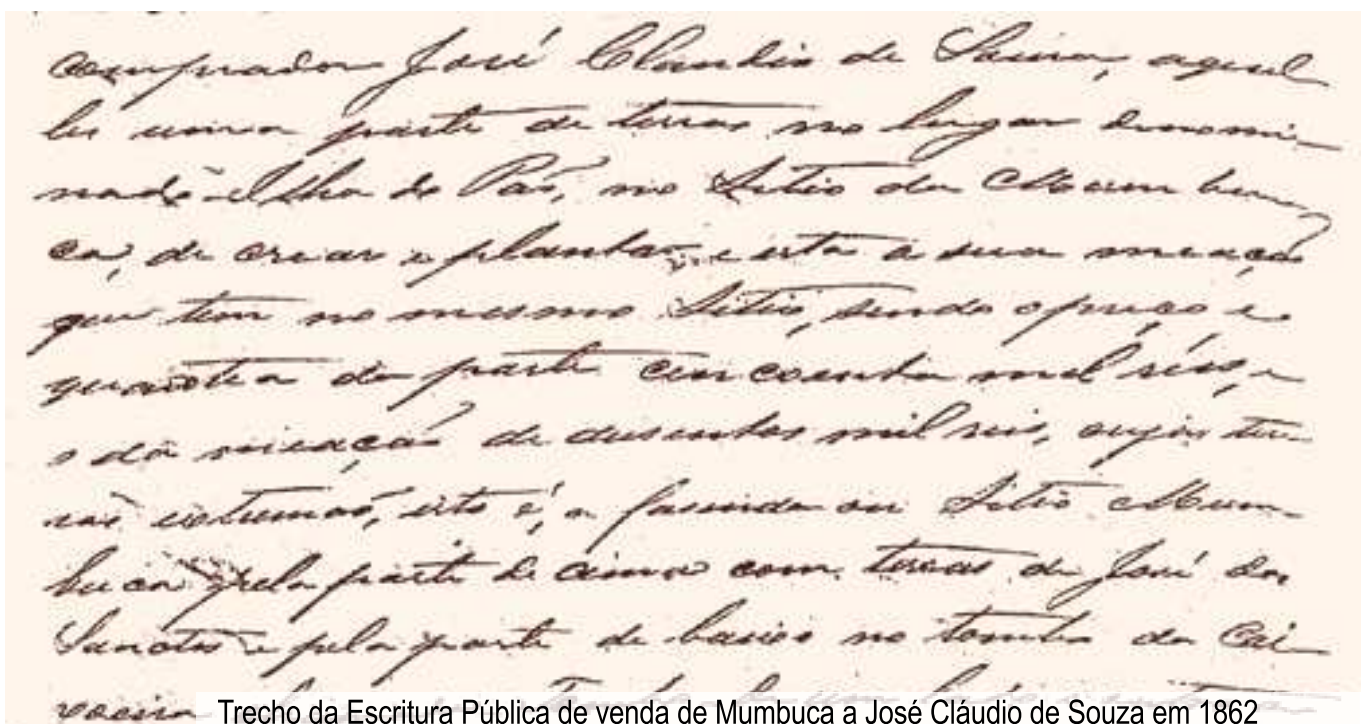
**A mais recente ameaça de expropriação ocorreu em 2003, quando o governo federal criou uma extensa Unidade de Conservação de Proteção Integral na região, a Reserva Biológica da Mata Escura.** Com 51 mil hectares, a Rebio incide em 6.215 hectares, ou 75% do território original de Mumbuca. O choque de tamanha ameaça incitou os mumbuqueiros a buscar amparo no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal e solicitar à Fundação Cultural Palmares o seu registro como Comunidade Remanescente de Quilombo, conferido em 2004. Em 2007 o Relatório Antropológico foi entregue ao Incra, recomendando a titulação do território quilombola com o mesmo perímetro da propriedade original adquirida por José Cláudio de Souza. Em 2009 o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) foi publicado no Diário Oficial da União.

Com essa força, as lideranças de Mumbuca participam ativamente da luta quilombola em Minas Gerais, enquanto aguardam a titulação

do seu território. Em meio a um impasse entre órgãos do governo que se arrasta por anos, o seu acesso à terra para cultivo é ainda mais restrito do que na época do domínio das fazendas e os aflige enormemente, porque ameaça a sua sobrevivência. **Mesmo tendo o seu direito a 8,2 mil hectares reconhecido preliminarmente, 87 famílias vivem hoje sem espaço suficiente para plantar. “O que atrapalha mais é a falta de terra”, declarou a liderança João Bispo em 2015.**

## A história da terra: o começo

A história de Mumbuca começa com a compra da terra pelo negro José Cláudio de Souza. A escritura particular de venda é datada de 1862. Informa que José Cláudio comprou a propriedade de Maria de Souza Saraiva e de sua filha Bernardina Luiza dos Santos e esposo no Sítio da Mumbuca, descrito como “lugar de criar e plantar”. O valor total da compra, incluindo impostos, foi de 250 mil réis. Como era comum na época, a escritura especifica o perímetro da terra pela identificação dos seus limites. Diz que “a fazenda ou Sítio Mumbuca” extrema, pela “parte de cima, com as terras do senhor José dos Santos e pela parte de baixo no tombo da Cachoeira chamada Tombo de um lado e outro as águas vertentes”.



Comprador José Cláudio de Souza, aguel  
bu uma parte de terras no lugar denomina  
nado Ilha de São, no Sítio da Cebum hum  
ca, de criar e plantar, e esta a sua venda  
que tem no mesmo Sítio, sendo o preço e  
quarta de parte em cento mil réis,  
e da mesma de duzentos mil réis, ou seja  
naí costume, isto é, a fazenda ou Sítio Cebum  
buca pela parte de cima com terras de José dos  
Santos e pela parte de baixo no tombo da Cai  
vacia

Trecho da Escritura Pública de venda de Mumbuca a José Cláudio de Souza em 1862

A escritura pública não só comprova a ancestralidade da ocupação como mostra o empenho de José Cláudio em regularizar a compra da terra, incluindo o pagamento das taxas tributárias de transferência da propriedade.

A negociação indica que José Cláudio era um negro livre, mas não é possível saber se nascido liberto ou cativo. Os mumbuqueiros falam de José Cláudio como um homem culto, letrado. As versões sobre a sua chegada a Mumbuca variam, mas concordam no conteúdo central: que José Cláudio, um negro, e sua esposa, uma cabocla, teriam vindo do sertão da Bahia. Alguns dizem que vieram fugidos da escravidão, outros apenas que José Cláudio viera de uma vila perto de Bom Jesus da Lapa, sul da Bahia. Na vinda teria sido acompanhado por Ângelo, para alguns seu filho, para outros seu amigo, e Manoel Velho, seu primeiro filho. Trouxeram consigo uma imagem de Nossa Senhora do Rosário, além do dinheiro para comprar a terra. Outros acrescentam que teriam trazido também gado e armamentos.

José Cláudio de Souza se estabeleceu em Laranjeiras, hoje a principal localidade de Mumbuca. Ali nasceu Benedito e outros filhos e netos, que ao longo dos anos foram se dispersando pelo território. Os moradores dizem que foi José Cláudio quem batizou os lugares. “Mumbuca”, por causa de um tipo de abelha muito comum na região, onde havia “mel com fartura para encher a cumbuca”, dizia o finado Manoel João, de Laranjeiras. “Escuta” por ser local usado para



Paisagem do Quilombo de Mumbuca, vista de Cachoeira

caçadas, bom para ouvir os cães alertarem a presença da caça. “Vai-Quem-Quer” pela dificuldade de acesso ao lugar, para onde só “iria quem realmente quisesse e tivesse juízo”, como disse Nascimento, de Laranjeiras. “Laranjeiras” pela exuberância de uma chácara de laranjas, próxima ao córrego que recebeu o mesmo nome. E “Cachoeira” devido à beleza de uma cachoeira do lugar.

A memória da fundação e a estima pelo ancestral José Cláudio reforçam o sentimento coletivo do grupo: mumbucueiros, quilombolas de Mumbuca. A origem comum lhes confere o mesmo “firmamento na terra”, como expressou Maria da Conceição de Souza Santana, a Dona Lior, moradora de Laranjeiras.

## Os lugares do território

O município de Jequitinhonha é cortado pelo rio de mesmo nome: na margem direita fica a sede do município e, na esquerda, a região denominada Mata Escura. É lá que estão Mumbuca e a Reserva Biológica. Até recentemente, para ir da cidade de Jequitinhonha para a Mumbuca era preciso atravessar o rio em uma balsa. Em 2012 foi inaugurada uma ponte. Chegando à margem esquerda há uma placa antiga, com a inscrição “Mumbuca a 39 km”. Essa quilometragem refere-se a uma estrada desativada pela Rebio, em uma das restrições que infligiu. Hoje é preciso usar a “antiga rodagem” de terra.

O terreno de Mumbuca é bastante acidentado. Os moradores dizem que a sua área é muito *emparambeirada*. Há também os *boqueirões*, lugares cercados por pedras ou vertentes de morros muito inclinados, que formam paredões de difícil acesso e onde nascem os córregos. Os boqueirões formam caminhos naturais dos vários córregos que recortam a região. A densa cobertura vegetal é formada por uma típica floresta de Mata Atlântica em transição para o Cerrado.

Indo de Jequitinhonha para Mumbuca pela rodagem, as localidades surgem na seguinte ordem: Vai-Quem-Quer, Babilônia, Cachoeira, Mumbuca, Laranjeiras e Escuta. Das localidades, apenas Laranjeiras e Cachoeira são consideradas comunidades, por serem maiores,



A estrada de rodagem



Laranjeiras



Reunião na escola de Cachoeira

possuírem alguma infraestrutura e uma organização religiosa e econômica mais formal. Alguns de seus membros são habilitados para o ministério da eucaristia e para as celebrações da reza do terço e das festas religiosas. As duas comunidades participam de uma mesma associação de moradores, que orienta, fiscaliza e auxilia a realização de atividades econômicas, como roças coletivas, mutirões e vendas coletivas de farinha. Também resolvem questões comuns sobre transporte, saúde, educação e participam de conselhos regionais.

A maioria dos adultos pertence à quinta ou à sexta geração de José Cláudio, e distinguem qual é a sua ascendência seguinte, se de Manoel Velho ou Benedito. Os de quinta geração guardam mais histórias sobre os *antigos* e sobre as histórias da vida de seus descendentes. Muitos guardiões da memória dos antigos de Mumbuca descendem de uma mesma “nação de gente”, como dizem: os Bispos. A família Bispo deu origem a grandes personagens de Mumbuca, como Tio Felipe, Rosendo e Vó Rosa. Deles descendem algumas das mais expressivas lideranças atuais: João da Cruz Bispo de Souza, Dona Terezinha Bispo de Souza, Dona Lior e Sr. Carmelito. Ao lado deles,





são personalidades igualmente respeitadas Dona Santa, Nascimento André e Alberico Chaves Santana, que tiveram uma atuação maior na década de 1990.

Um dos netos de José Cláudio, Tio Felipe foi uma importante fonte das memórias da comunidade. Várias passagens expressivas da história de Mumbuca foram narradas por ele. Alberico Chaves Santana, de Laranjeiras, era muito próximo a Tio Felipe. Alberico teve o cuidado de registrar as memórias da comunidade em um caderno. Para Alberico, Tio Felipe era um “antigo que sabia transmitir as leis e contar para o povo a sua história”.

Alberico e João Bispo revelam que Tio Felipe pressagiu o destino da comunidade quando profetizou que haveria um tempo em que os “jovens já não trabalhariam tanto” nem respeitariam devidamente as “leis dos antigos” – um tempo em que a terra valeria muito mais do que na sua época, quando foi possível até “trocar quinhão de terra por requeijão e cobertor”. Além disso, **Tio Felipe se empenhou no letramento das crianças da época**. Algumas delas chegaram a morar com ele para “aprender as letras”. **“Tio Felipe pegava a gente e punha para estudar de manhã bem cedinho, antes de ir para a roça”, lembra Dona Lior. “Depois a gente ia para a roça; voltava para o almoço e depois do almoço ele tornava a tirar lição de nós. Aos domingos também, antes do culto.”**

Inspirados pela luta quilombola, alguns moradores de Mumbuca têm se empenhado em revigorar “as leis dos antigos”, de quando “a comunidade era muito mais unida”. Essas “leis” referem-se à valorização do trabalho (principalmente o coletivo), das partilhas (antigo costume de repartir com vizinhos os alimentos de uma colheita farta,

ou as partes de uma rês abatida, na certeza de que tal atitude será retribuída), dos mutirões e trocas de dia de trabalho.

Três lideranças principais representam Mumbuca em ações institucionais. Além de João Bispo, os mumbuqueiros contam com a atuação de Nascimento André e seu filho Renan. Renan é o fundador da rádio comunitária e representante oficial da juventude rural local. Pai e filho presidiram a Associação dos Remanescentes do Quilombo da Mumbuca, criada em julho de 2007. Em 2015, a Associação somava três mandatos, e tinha como presidente Valdo Heleno Antônio Torres, filho de Dona Terezinha.

Os mumbuqueiros realizam um conjunto de festas e celebrações especiais. Em 7 de outubro Nossa Senhora do Rosário é celebrada em Laranjeiras, onde fica a igreja consagrada à santa. A festa dura dois dias, mais a novena, a cargo dos noiteiros. Cachoeira celebra Santo Antônio todo 13 de junho. Nessas datas a comunidade se confraterniza participando de procissões, rezas do terço e danças de batuque, homenageando seus santos. Agradecem as graças alcançadas e solicitam novas bênçãos.

Os mumbuqueiros têm estima particular pela sanfona. Inspirados pelos antigos sanfoneiros, os mais jovens valorizam esse conhecimento musical como uma tradição própria da comunidade. Há também a tradição de benzeções com pinhão-roxo e rezas. São famosos benzedeiros Clemente, de Cachoeira; Maria Alcenia, de Mumbuca, Maria Teixeira de Jesus, de Laranjeiras; Valdelícia, filha de Maria Teixeira; Rosinha, filha de Justino e Rosa, da Cachoeira; e Selma, filha de Carmelito. Mas já houve outros, como Joana, mãe de Clemente, falecida em 2015, e o fazendeiro Otaviano José Botelho, amigo da Vó Rosa, que além de rezador era profeta.



Sr. Alberico animando uma cantoria



Dona Santa tocando caixa no batuque

## Ameaças e expropriações

A instalação de fazendas nos limites do território foi a primeira ameaça que afligiu Mumbuca. Foi um processo longo, intensificado na década de 1940. Nesse período, vários quilombolas cederam a uma forte pressão de fazendeiros e acabaram vendendo suas parcelas de herança. A história das transferências das terras para o domínio dos fazendeiros é heterogênea, dado o grande número de herdeiros e de terras que foram sendo incorporadas pelas fazendas. Muitos casos foram motivados pela necessidade de recursos para financiar tratamento de saúde de um membro da família.

O Vale do Jequitinhonha passava por um forte processo de concentração das terras. A transformação na estrutura fundiária envolveu também a expulsão de antigos agregados de grandes fazendas. A crise nas relações de agregação foi consequência da aplicação do Estatuto do Trabalhador Rural. Nessa época, o Brasil viveu seu processo de industrialização e urbanização, que intensificou o êxodo rural.

Como reflexo desses processos, houve uma significativa alteração no padrão de ocupação em Mumbuca. Tanto ex-agregados de fazendas vizinhas migraram para o quilombo – onde foram recebidos como *chegantes* e conseguiram um “pedaço de chão para morar e cultivar com a família”, conforme Dona Lior – quanto herdeiros venderam suas terras para fazendeiros e migraram para as cidades. Mas uma grande parte, apesar de não mais se encontrar na condição de *dono da terra*, permaneceu em Mumbuca. Ficaram ou como agregados dos fazendeiros (os *novos donos da terra* dentro do quilombo), ou foram morar em terras particulares de parentes quilombolas.

Muitos denunciam o caráter opressivo e irregular dessas vendas. Relatam que os fazendeiros, fingindo-se de “amigos”, valeram-se de sua confiança para confundi-los e enganá-los. Um caso é o do herdeiro que foi alcoolizado para assinar documento de venda da terra. Os casos mais comuns foram de fazendeiros que cercaram áreas muito maiores do que tinham comprado (o chamado *abraço*). Houve ainda ameaças e pressão para que vendessem suas terras, soltando gado na terra pretendida, destruindo benfeitorias e roças.

## A resistência organizada: a formação de terras coletivas

A primeira grande resistência organizada pelos mumbuqueiros contra a perda do seu domínio sobre a terra foi a formação da *Terra da Santa*, uma área de ocupação coletiva, de 230 hectares aproximadamente. Na década de 1980, com a assessoria de frades franciscanos, moradores que ainda tinham domínio sobre suas parcelas de terra se convenceram da importância de transferi-las para Nossa Senhora do Rosário, padroeira de Mumbuca e santa de devoção de José Cláudio. A transferência para a Igreja asseguraria a terra, que não poderia mais ser vendida. Passados mais de 40 anos, a Terra da Santa é uma área consolidada, de usufruto coletivo. É administrada por uma associação que define as regras de seu uso. O número de mumbuqueiros associados cresceu e as parcelas de terra são cedidas conforme a necessidade.

Além da Terra da Santa, há uma área coletiva chamada *Terra dos Herdeiros*, criada pela generosidade do seu proprietário, um herdeiro da quarta geração de José Cláudio, que cedeu a sua terra para vários moradores ocuparem. Embora diferindo da Terra da Santa por funcionar mais informalmente, ambas expressam o mesmo conjunto de valores: o conceito de terra de trabalho e o espírito de grupo que caracteriza Mumbuca. Contudo, ambas estão desgastadas por anos de cultivo, sem assistência técnica.

## A expropriação ambiental

Criada em 2003 sem consulta pública, a Reserva Biológica da Mata Escura incide em 75% do território de Mumbuca, como indicado pelo mapa. Sendo uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, exige a desapropriação das áreas particulares e a remoção de todos os moradores. Nessa nova ameaça de expropriação, os mumbuqueiros poderiam ter aceito a promessa de indenização, se

houvesse interesse no dinheiro e em sair da terra. Mas, mesmo tendo em vista a possibilidade de “vender a terra ao Estado” – para remeter à compreensão de alguns –, manifestaram sua resistência coletiva com mais força do que no momento da formação da Terra da Santa.

A ameaça de expropriação decorrente da criação da Reserva Biológica atingiu indistintamente fazendeiros e quilombolas. Mas a mobilização dos mumbuqueiros contra a Rebio foi muito expressiva. A iniciativa de resistência desencadeou o movimento pela oficialização de seu autorreconhecimento como comunidade remanescente de quilombo e, em sequência, o requerimento da titulação do território.

## Antes do impasse da Rebio

Até 2007, os quilombolas de Mumbuca se encontravam em três situações de ocupação: 23 famílias, ou menos de um terço, eram *agregados* das fazendas, morando ou na mesma terra que era de domínio de sua própria família, ou em terras que eram de outra família quilombola. Uma porção menor, 18 famílias, eram *particulares*, também chamados *donos*. Embora não detenham necessariamente títulos, permaneceram em suas terras de herança resistindo às pressões dos grandes fazendeiros. E a maioria, 40 famílias, morava nas *terras coletivas*: ou como “agregados da santa”, concentrados em pequenas parcelas na Terra da Santa, ou como ocupantes da Terra dos Herdeiros.

Os moradores de Mumbuca referem-se aos fazendeiros como “os grandes”, e lhes atribuem algumas características: o poder de conseguir muito mais facilmente recursos e serviços com a prefeitura; o hábito de se imporem na comunidade pelo uso da força ou abuso desse poder; o costume de estabelecerem “currais eleitorais” nos períodos de eleição, principalmente de prefeitos, vereadores e deputados.

Além dessa referência mais crítica, há referências positivas a alguns. “Tem aqueles fazendeiros que são mais justos, que não querem tomar tudo para si”, admite João Bispo. A relação de amizade com fazendeiros inclui a permissão para trabalhar em suas terras, sem neces-

sidade de retribuição. Segundo João Bispo, a retribuição ocorre, mas só eventualmente: “Pela amizade nós levamos assim: uma vez no mês um pouco da mandioca colhida, uma melancia, um pouco de mel. Mas pela amizade. Ninguém tem obrigação de devolver nada para ele não”.

Os moradores de Mumbuca vivem principalmente da agricultura. Cultivam pequenas roças e quintais a fim de prover o sustento da família. Os principais ambientes de produção são as *roças*, os *quintais* e as *mangas*. As duas primeiras são áreas de cultivo e a terceira refere-se às pastagens, usadas para criação de animais de grande porte.

Os principais produtos são a mandioca para produzir farinha; feijão, milho, batata-doce, frutas, hortaliças, café e urucum. Criam gado e *animais* (cavalos, jumentos e burros) nas mangas, e porcos nos quintais. Fazem o extrativismo vegetal, para a produção medicinal, alimentícia, construção de casas e fabricação de utensílios. Em menor escala a caça, a pesca e a apicultura. A produção é vendida em Jequitinhonha e o transporte, antigamente feito no lombo de animais, é feito por caminhão.

Entre os planos para a gestão do território estão a diversificação dos gêneros alimentícios cultivados, a recuperação do acesso às áreas de mangas, em domínio das fazendas, a construção de um centro sociocultural, uma nova sede para a rádio comunitária e projetos de aproveitamento turístico de Cachoeira, de grande beleza paisagística.



A viagem na caçamba do caminhão até Jequitinhonha, para vender a produção

## Futuro

Durante a elaboração do Relatório Antropológico, os quilombolas escreveram uma carta de intenções dirigida à Rebio. Nela, declaram sua disposição para desenvolver planos de uso sustentável ao mesmo tempo em que defendem a aplicação de seu direito constitucional no conflito entre “parques” e “gente”. **Em resposta à ameaça de serem removidos de sua terra, recusam-se a trocar a condição de produtores rurais pela residência urbana, já que um destino desfavorável de vida na periferia os assombra. Não se trata apenas de preferência de lugar para morar; sua resistência é baseada no sentimento de pertencer à terra que reivindicam.** É por não quererem perder o lugar no qual a sua história está escrita, lugar de suas raízes e de seu modo de vida, que fizeram questão de expressar as suas intenções para o uso do seu território tradicional em carta assinada por Renan Fernandes Pereira, na qual afirma:

Vimos crianças nascerem, crescerem e se multiplicarem em terras de Mumbuca. E ensinar os nossos filhos os cuidados com o meio era tarefa dos mais velhos e mais sábios; que sempre ensinavam que, “... nativo não é o que nasce no lugar, mas sim o que deixa o lugar nascer nele...”.

Não é só sentimento em deixar o que é nosso pra traz, pois tudo pertence a um único dono, Deus criador. Por décadas e décadas, fomos roubados e enganados por grandes latifundiários, denominados a ‘elite’.

Não queremos devastação, mais simplesmente o direito de continuar a trabalhar de maneira sustentável e organizada, como sempre fizemos neste solo chamado Mumbuca. A constituição nos dá este direito; e para tal cumprimos nossos deveres como cidadãos, como tem os feito. Levando sempre em consideração que para sermos felizes, faremos sempre o bem sem olhar a quem, e juntos seremos os mais.

RENAN FERNANDES PEREIRA

AOCM- Renan Fernandes Pereira

Esta narrativa foi escrita por Deborah Lima, com base no Relatório Antropológico do Quilombo de Mumbuca, elaborado em 2007 pela equipe do NUQ-UFMG formada por Deborah Lima, Fernanda Cristina de Oliveira, Carlos Eduardo Marques, Ana Tereza Faria e Rafael Barbi. Todas as fotos são da equipe.

# Uma palavra da comunidade

## Mumbuca

A história de Mumbuca tem mais de 150 anos. Antes passada de pessoa a pessoa, de descendência a descendência, a história narrada em falas virou laudo: livro completo e detalhado da vida e vivência do povo de Mumbuca. A partir de então, as novas gerações passaram a ter acesso a um documento que permite conhecer com mais detalhes a sua história.

Desde o nosso reconhecimento pela Fundação Palmares, a comunidade de Mumbuca tem buscado novas formas de melhorar a sua vida, através de associações e organizações de mumbuqueiros.

Mas falta algo ao povo de Mumbuca: o território de volta aos seus verdadeiros donos, os mumbuqueiros. O processo de retomada do seu direito de uso da propriedade é lento, porém necessário. O povo de Mumbuca acredita que esse querer não é utópico, pois muitos agora conhecem a sua história e, acima de tudo, o gosto por morarem nas terras do Quilombo, agora descoberto.

Nos falta a titulação das terras. Aos poucos estamos descobrindo uma melhor educação, um melhor acesso a saúde... Sabemos que, nos interiores do nosso Brasil o desenvolvimento é tardio, mas sempre chega. E acreditamos que a terra de Mumbuca voltará logo, logo às legítimas mãos dos mumbuqueiros.

Atualmente a comunidade se organiza por meio da Associação Quilombola de Mumbuca, AQCM, que tem organizado a sua territorialidade a partir de um processo que visa acima de tudo o desenvolvimento sustentável das famílias.

A AQCM vem construindo, em diálogo com a comunidade, projetos que visam consolidar o processo gestor do território. Alguns desses são: o mapeamento completo, identificando as áreas consolidadas e de ocupação do território, enumerando os grupos produtivos da comunidade, para ter um controle real da ocupação e gestão de



Mumbuca; ampliação da biblioteca da escola com a criação de um acervo digital; mudança nos nomes das ruas para nomes de personagens da história de Mumbuca – já tendo sido feita a mudança do nome da escola para JOSÉ CLÁUDIO DE SOUZA; ampliação da rádio comunitária para atender a todo o território; e a conquista de um transporte escolar efetivo, para atender a mais alunos, cobrindo áreas mais distantes do território e incluindo na rota a sede do município.



João Bispo, com indumentária de apicultor, em Laranjeiras



Renan Nascimento, em 2006, com seus mapas do território

Escrito por Renan Fernandes Pereira, presidente do STR de Jequitinhonha, a partir de conversa com Dona Lior, fiscal do Conselho Comunitário de Desenvolvimento Rural de Mumbuca, Gilmar Antônio Gonçalves, presidente do CCDRM, Giomar Chaves Santana, fiscal do CCDRM, José Antônio Gonçalves, ministro da eucaristia, Valdo Heleno Antônio Torres, presidente da Associação Quilombola, e João da Cruz Bispo de Souza, tesoureiro da Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais, N'Golo.

# Projeto Formulação de uma Linguagem Pública Sobre Comunidades Quilombolas

PARCERIA	INCRA/CGPCT/NEAD; UFMG/OJB, CEBRAS, NUQ
COORDENAÇÃO GERAL	Lilian C. B. Gomes, Deborah Lima, Juarez Rocha Guimarães, Maria Consolação Lucinda, Leonardo Avritzer
CONCEPÇÃO DE TEXTO E EDIÇÃO FINAL	Deborah Lima
EDIÇÃO DE TEXTO	Juarez Rocha Guimarães, Wallace Santos, Gustavo A. Fonseca Silva
SUPERVISÃO DAS NARRATIVAS	Deborah Lima, Carlos Eduardo Marques, Alexandre Sampaio
CONSULTA ÀS COMUNIDADES	Lilian C. B. Gomes, Cláudia Marques Oliveira, Isabella G. Miranda, Marilene Ribeiro
ADMINISTRAÇÃO	Kaianan Mauê S. Rosa, Priscila Z. Matins
MAPAS E FOTOGRAFIAS	Alexander Cambraia N. Vaz
PROJETO GRÁFICO	Paulo Schmidt

L732q Lima, Deborah  
Quilombo Mumbuca / Deborah Lima . - Belo Horizonte : FAFICH, 2015.

16 p. (Terras de quilombos)  
Baseado no Relatório antropológico do Quilombo de Mumbuca, Baixo Jequitinhonha, Minas Gerais, coordenado por Deborah Lima.

1. Quilombos. 2. Antropologia. 3. Relatório antropológico do Quilombo de Mumbuca, Baixo Jequitinhonha, Minas Gerais. I. Título. II. Série.

CDD:306  
CDU:39

DILMA ROUSSEFF  
Presidenta da República

PATRUS ANANIAS  
Ministro de Estado do  
Desenvolvimento Agrário

MARIA FERNANDA RAMOS COELHO  
Secretária Executiva do Ministério do  
Desenvolvimento Agrário

ROBERTO WAGNER RODRIGUES  
Diretor do Núcleo de Estudos Agrários  
e Desenvolvimento Rural

ZORILDA GOMES DE ARAÚJO  
Coordenadora do Núcleo de Estudos  
Agrários e Desenvolvimento Rural

EDMILTON CERQUEIRA  
QUÊNER CHAVES DOS SANTOS  
Coordenação Geral de Políticas para  
Povos e Comunidades Tradicionais

MARIA LÚCIA FALCÓN  
Presidenta do Instituto Nacional de  
Colonização e Reforma Agrária

RICHARD MARTINS TORSIANO  
Diretor de Ordenamento da  
Estrutura Fundiária

ISABELLE ALLINE LOPES PICELLI  
Coordenadora Geral de Regularização  
de Territórios Quilombolas

GUILHERME MANSUR DIAS  
JULIA MARQUES DALLA COSTA  
Coordenação Executiva do Projeto

SERVIÇOS QUILOMBOLAS  
Apoio técnico  
Superintendências nos estados

# A Coleção Terras de Quilombos

reúne um conjunto de narrativas a respeito da formação, do modo de vida e das lutas travadas por comunidades quilombolas brasileiras para se manter em seus territórios tradicionais. Em cada livreto, uma comunidade quilombola é apresentada em sua singularidade.

Ao todo, a Coleção oferece um panorama da diversidade de trajetórias vividas por ex-escravizados – incluindo por vezes indígenas e grupos em outras situações sociais – para conquistar a sua independência e se estabelecer na terra autonomamente. O fato de terem sido deixados à própria sorte após a Abolição resultou em uma multiplicidade de caminhos percorridos para conseguirem consolidar os seus territórios. Foram muitos os modos como ocuparam as suas terras e distintas as maneiras como formaram as suas comunidades, enfrentando todo tipo de desafios para se relacionarem livremente com seu entorno.

O conceito de quilombo esteve associado ao período da colônia e do império. Com a Abolição, os quilombos deixaram de ser mencionados, como se o fim de quatro séculos de escravidão significasse a garantia de liberdade. No entanto, os quilombolas continuaram e continuam a lutar para reproduzir seus modos de criar, fazer e viver, resistindo às dificuldades, injustiças e preconceções legadas pelo período escravocrata. São essas as histórias narradas nesta Coleção. São histórias do Brasil vistas pelo prisma de quem, com suas tradições, formas de vida, religiosidades e respeito à terra, enriquece o mosaico da sociodiversidade brasileira.